



BPM

2019

Publicado em abril de 2020

Balanço Patrimonial do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município





Documento Assinado Digitalmente por: JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO, DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
Acesse em: <https://stc.ce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 3f11e0f4-23c0-4988-8d13-ed9e912565c8



BPM
2019

Balço Patrimonial do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município

Secretaria Municipal de Finanças
Departamento de Contabilidade

Publicado em abril de 2020



APRESENTAÇÃO

O Balanço Patrimonial do Município (BPM) foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877/2018, bem como da Instrução de Procedimento Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle que deram suporte à elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185 de 27 de maio de 2010. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com suporte orientativo do Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Administração Municipal Ltda (CESPAM).

O Balanço Patrimonial do Município (BPM), é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro específico para apuração do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e item 6 da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019, conforme anexos X e XIII, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE, dentre elas a utilização dos prefixos "P" ou "F" relativo aos atributos "Permanente" e "Financeiro".

Analisando os dados do balanço patrimonial de 2019, observamos que o total do Ativo Circulante (AC) foi de R\$ 24.430.934,98, enquanto o Ativo Não Circulante (ANC) foi de R\$ 99.755.942,92. O Passivo Circulante (PC) apresentou o valor de R\$ 47.352.697,27, enquanto o Passivo Não Circulante (PNC), apresentou o valor de R\$ 74.839.048,39. Utilizando a equação patrimonial, o balanço apresentou Patrimônio Líquido (PL) em 31/12/2019 de R\$ 1.995.132,24 (superavitário).

Para efeito de levantamento do cálculo do Superávit Financeiro para o exercício de 2020, definido no §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, consta ao final de 2019 no Quadro de Superávit/Déficit Financeiro o valor total de R\$ -45.552.084,54, sendo R\$ -28.999.677,27, em fontes de recursos próprios, e R\$ -16.552.407,27, em fontes de recursos vinculados, os quais serão detalhados nas notas explicativas. A seguir será apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
Prefeito

RENATO RAMOS CUSTÓDIO
Secretário de Finanças

ALFREDO COSTA FERRO
Diretor de Contabilidade



Documento Assinado Digitalmente por: JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO, DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 3f11e0f4-23c0-4988-8d13-ed9c512565c8

BPM
2019

Balanco Patrimonial do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE (Nota 1)	24.430.934,98	25.932.974,49	PASSIVO CIRCULANTE (Nota 13)	47.352.697,27	46.845.405,13
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA [F] (Nota 2)	6.988.506,13	5.934.820,38	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVID. E ASSIST. A PAGAR CURTO PRAZO [F] (Nota 14)	1.496.852,69	773.509,71
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO [P] (Nota 3)	1.848.390,24	1.802.671,73	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO (Nota 15)	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO [P] (Nota 5)	4.953.187,07	4.518.620,09	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO [F] (Nota 16)	39.215.047,93	38.367.095,56
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO [F] (Nota 6)	10.638.316,52	13.580.876,67	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO [P]	0,00	124,83
ESTOQUES [P] (Nota 7)	2.535,02	95.985,62	PROVISÕES A CURTO PRAZO (Nota 17)	0,00	0,00
VARIAÇÕES DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO [F] (Nota 18)	6.640.796,65	7.704.675,03
ATIVO NÃO CIRCULANTE (Nota 8)	99.755.942,92	87.160.869,31	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE (Nota 19)	74.839.048,39	85.433.293,32
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO [P]	20.768.030,46	13.241.042,66	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVID. E ASSIST. A PAGAR LONGO PRAZO [P] (Nota 20)	28.473.047,78	19.734.374,47
CRÉDITOS A LONGO PRAZO (Nota 9)	20.768.030,46	13.241.042,66	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR LONGO PRAZO (Nota 22)	0,00	0,00
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO [P] (Nota 21)	3.507.602,77	3.812.134,51
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO [P]	0,00	159.862,30
VARIAÇÕES DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO [P] (Nota 23)	42.858.397,84	61.726.922,04
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (Nota 24)	0,00	0,00
IMOBILIZADO [P] (Nota 11)	78.987.912,46	73.919.826,65	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
INTANGÍVEL (Nota 12)	0,00	0,00	TOTAL DO PASSIVO	122.191.745,66	132.278.698,45
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			PATRIMONIO SOCIAL/CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00
			RESULTADOS ACUMULADOS	1.995.132,24	-19.184.854,65
			RESULTADO DO EXERCÍCIO [P]	20.088.640,37	-24.695.043,53
			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES [P]	-19.184.854,65	5.555.653,32
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES [P]	1.091.346,52	-45.464,44
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 25)	1.995.132,24	-19.184.854,65
TOTAL	124.186.877,90	113.093.843,80	TOTAL	124.186.877,90	113.093.843,80
ATIVO FINANCEIRO (Nota 26)	17.626.969,49	19.607.549,46	PASSIVO FINANCEIRO (Nota 28)	63.179.054,03	61.552.976,64
ATIVO PERMANENTE (Nota 27)	106.559.908,41	93.486.294,34	PASSIVO PERMANENTE (Nota 29)	74.839.048,39	85.434.231,91
SALDO PATRIMONIAL (Nota 30)				-13.831.224,52	-33.893.364,75

COMPENSAÇÕES

Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	8.700,00	19.840,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	24.454.231,02	26.770.114,00
TOTAL	8.700,00	19.840,00	TOTAL (Nota 31)	24.454.231,02	26.770.114,00

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ORDINÁRIA	-28.999.677,27	1.750.635,33
VINCULADA	-16.552.407,27	-43.696.062,51
0005 - Recursos do FUNDEB 60% - Magistério	-2.929.817,97	-11.651.127,83
0006 - Recursos do FUNDEB 40% - Outras Despesas	-1.396.514,17	-3.789.486,07
0009 - Recursos Transferidos pelo SUS	-90.317,28	-1.482.788,92
0012 - Recursos de Contribuições para o RPPS	0,00	1.162.530,61
0016 - Recursos Transferidos pelo FNAS	956.845,99	1.228.195,51
0020 - Alienação de Bens	0,00	0,00
0021 - Recursos do Salário-Educação	-909.976,13	-1.047.213,89



DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
0022 - Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2.575,03	6.479,36
0023 - Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	-3.777.143,33	-3.474.271,33
0024 - Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	678,64	564,22
0025 - Outras Transferências do FNDE	-2.257.024,62	-2.107.118,34
0026 - Transferências de Convênios - Educação	-1.778.523,67	-126.086,55
0027 - Transferências de Convênios - Saúde	-3.640.482,44	-6.786.884,64
0028 - Transferências de Outros Convênios	-6.731.761,09	-6.409.941,95
0032 - Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
0037 - Cessão Onerosa de Bônus do Pré-Sal	1.067.360,50	0,00
0041 - Custeio - Atenção Básica	-438.192,08	0,00
0042 - Custeio - MAC	526.943,80	0,00
0043 - Custeio - Assistência Farmacêutica	-227.976,70	0,00
0044 - Custeio - Vigilância em Saúde	-10.214,51	0,00
0045 - Investimentos do SUS	-70.903,09	0,00
0046 - Custeio - Gestão do SUS	15.974,61	0,00
0060 - Custeio - Recursos Transferidos pelo SUS	0,00	0,00
0061 - Bloco de Atenção Básica	-2.181.919,29	-3.351.128,17
0062 - Bloco de MAC	-1.188.448,10	-2.057.480,71
0063 - Bloco de Assistência Farmacêutica	1.578,96	-305.653,55
0064 - Bloco de Vigilância em Saúde	-212.062,46	-301.984,42
0065 - Bloco de Investimentos do SUS	633.621,00	500.157,54
0067 - FEAS Estado	9.796,60	24.303,26
0068 - Convênios Assistência Social	-223,00	-5.892,41
0069 - FEM Estado	150.283,14	185.266,81
0091 - Contribuições Previdenciárias - Fundo Previdenciário	10.452.355,09	0,00
0093 - Taxa de Administração RPPS - Fundo Previdenciário	1.213,52	0,00
0205 - Complemento da União ao FUNDEB 60%	-259.446,31	-399.058,29
0206 - Complemento da União ao FUNDEB 40%	-358.257,04	-1.041.651,73
TOTAL (Nota 32)	-45.552.084,54	-41.945.427,18

Dannilo Cavalcante Vieira
Prefeito

Jociéder Araújo Mineiro
CRC PE - 027671/O-4



BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

- A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.
- Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.
- O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).
- A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 066/2019.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, baseados nas informações disponibilizadas pelo LICON do TCE-PE, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

Código/Descrição da Fonte/Destinação de Recursos		
Código	Especificação	Recurso - Descrição
5	Recursos do FUNDEB 60% - Magistério	Vinculado 0005 - Recursos do FUNDEB 60% - Magistério
6	Recursos do FUNDEB 40% - Outras Despesas	Vinculado 0006 - Recursos do FUNDEB 40% - Outras Despesas
9	Recursos Transferidos pelo SUS	Vinculado 0009 - Recursos Transferidos pelo SUS
12	Recursos de Contribuições para o RPPS	Vinculado 0012 - Recursos de Contribuições para o RPPS
13	Recursos Ordinários - Não vinculados	Ordinário 0013 - Recursos Ordinários - Não vinculados
16	Recursos Transferidos pelo FNAS	Vinculado 0016 - Recursos Transferidos pelo FNAS
17	Impostos e Transferências Educação - MDE	Ordinário 0017 - Impostos e Transferências Educação - MDE
18	Impostos e Transferências Saúde	Ordinário 0018 - Impostos e Transferências Saúde
19	Transferências da CIDE	Ordinário 0019 - Transferências da CIDE
20	Alienação de Bens	Vinculado 0020 - Alienação de Bens
21	Recursos do Salário-Educação	Vinculado 0021 - Recursos do Salário-Educação
22	Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - P	Vinculado 0022 - Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE
23	Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar	Vinculado 0023 - Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
24	Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transpor	Vinculado 0024 - Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
25	Outras Transferências do FNDE	Vinculado 0025 - Outras Transferências do FNDE
26	Transferências de Convênios - Educação	Vinculado 0026 - Transferências de Convênios - Educação
27	Transferências de Convênios - Saúde	Vinculado 0027 - Transferências de Convênios - Saúde
28	Transferências de Outros Convênios	Vinculado 0028 - Transferências de Outros Convênios
29	Recursos de Serviços de Saúde	Ordinário 0029 - Recursos de Serviços de Saúde
30	Operações de Crédito - Educação	Vinculado 0030 - Operações de Crédito - Educação
31	Operações de Crédito - Saúde	Vinculado 0031 - Operações de Crédito - Saúde
32	Outras Operações de Crédito	Vinculado 0032 - Outras Operações de Crédito
37	Cessão Onerosa de Bônus do Pré-Sal	Vinculado 0037 - Cessão Onerosa de Bônus do Pré-Sal
41	Custeio - Atenção Básica	Vinculado 0041 - Custeio - Atenção Básica
42	Custeio - MAC	Vinculado 0042 - Custeio - MAC
43	Custeio - Assistência Farmacêutica	Vinculado 0043 - Custeio - Assistência Farmacêutica
44	Custeio - Vigilância em Saúde	Vinculado 0044 - Custeio - Vigilância em Saúde
45	Investimentos do SUS	Vinculado 0045 - Investimentos do SUS
46	Custeio - Gestão do SUS	Vinculado 0046 - Custeio - Gestão do SUS
60	Custeio - Recursos Transferidos pelo SUS	Vinculado 0060 - Custeio - Recursos Transferidos pelo SUS
61	Bloco de Atenção Básica	Vinculado 0061 - Bloco de Atenção Básica
62	Bloco de MAC	Vinculado 0062 - Bloco de MAC
63	Bloco de Assistência Farmacêutica	Vinculado 0063 - Bloco de Assistência Farmacêutica

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

64 Bloco de Vigilância em Saúde	Vinculado	0064 - Bloco de Vigilância em Saúde
65 Bloco de Investimentos do SUS	Vinculado	0065 - Bloco de Investimentos do SUS
66 Outros Recursos do SUS	Vinculado	0066 - Outros Recursos do SUS
67 FEAS Estado	Vinculado	0067 - FEAS Estado
68 Convênios Assistência Social	Vinculado	0068 - Convênios Assistência Social
69 FEM Estado	Vinculado	0069 - FEM Estado
70 Outros Recursos do SUS	Vinculado	0070 - Outros Recursos do SUS
71 Consórcio Público	Ordinário	0071 - Consórcio Público
91 Contribuições Previdenciárias - Fundo Previdenciár	Vinculado	0091 - Contribuições Previdenciárias - Fundo Previdenciário
93 Taxa de Administração RPPS - Fundo Previdenciário	Vinculado	0093 - Taxa de Administração RPPS - Fundo Previdenciário
99 Outras fontes	Ordinário	0099 - Outras fontes
205 Complemento da União ao FUNDEB 60%	Ordinário	0205 - Complemento da União ao FUNDEB 60%
206 Complemento da União ao FUNDEB 40%	Vinculado	0206 - Complemento da União ao FUNDEB 40%
231 Consórcio Público	Ordinário	0231 - Consórcio Público
1301 Recursos Próprios/Pessoal e Encargos	Ordinário	1301 - Recursos Próprios/Pessoal e Encargos
1303 Recursos Próprios/Outras Desp. Correntes	Ordinário	1303 - Recursos Próprios/Outras Desp. Correntes
1304 Recursos Próprios/Investimento	Ordinário	1304 - Recursos Próprios/Investimento

- Em atendimento a Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TCE-PE nº 066/2019, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 5.2 à página 442 da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.
- A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).
- As contas intituladas no grupo "Caixa e equivalentes de caixa" são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- As contas intituladas no grupo "Créditos e valores a curto prazo" são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.
- O ajuste para perdas dos "Créditos tributários" foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa nos últimos três exercícios tendo como base o dia 01 de janeiro de cada ano, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de cada ano, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante.
- As contas intituladas no grupo "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- As contas intituladas "Estoques", são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os valores dos estoques foram compatibilizados pela contabilidade pelos saldos residuais ao final do exercício, disponibilizados pelo setor responsável baseados em seus controles. O tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30) foi registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva.
- As contas intituladas no grupo "Imobilizado" foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de Patrimônio do município disponibilizou demonstrativo com a reavaliação dos bens móveis, todavia não disponibilizou até o fechamento deste balanço as informações sintéticas do imobilizado, com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando estas informações não são disponibilizadas ao setor contábil de forma tempestiva o imobilizado apresenta aumento de valor patrimonial sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

- As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.
- As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se os seguintes critérios:
 - I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.
- Em atendimento as exigências previstas na Portaria MPS nº 509/2013, as contas classificadas como “Provisões Matemáticas Previdenciárias”, foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 00, dentre os quais a mensuração a valor presente. Estes registros intitulados de “passivos atuariais”, referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário Sr.: Álvaro Henrique Ferraz de Abreu, MIBA nº 1.072. Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial do exercício de 2019, seguindo os critérios destacados na Nota 23 das referências cruzadas do Passivo Não Circulante constante nesta nota explicativa.

b.3. Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as "provisões matemáticas previdenciárias" comentadas a seguir na Nota 23 das referências cruzadas.

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

Documento Assinado Digitalmente por: JOCEIDER ARAUJO MINEIRO, DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
Acesso em: <https://tce.tcece.pe.gov.br/epi/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=31111014-23-00-4988-8d13-ed9-512565cc8>

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2019
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)

ATIVO CIRCULANTE (Nota 1)	24.430.934,98	25.932.974,49
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA [F] (Nota 2)	6.988.506,13	5.934.820,38
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO [F] (Nota 3)	1.848.390,24	1.802.671,73
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO [F] (Nota 5)	4.953.187,07	4.518.620,09
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO [F] (Nota 6)	10.638.316,52	13.580.876,67
ESTOQUES [F] (Nota 7)	2.535,02	95.985,62
VARIAÇÕES DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2019 foram de **R\$ 24.430.934,98**, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2019 somam **R\$ 6.988.506,13**. Em 2018 o valor foi de **R\$ 5.934.820,38**.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA (Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vinculados
Câmara Municipal de Vereadores	13.876,17	0,00
Prefeitura Municipal	47.485,20	2.549.743,58
Fundos Municipal de Saúde (FMS)	5.547,96	2.421.369,96
Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)	1.545,28	52.604,22
Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente (FMDDCA)	270,27	0,00
Fundo Municipal de Educação (FME)	5.397,35	1.889.335,17
RPPS	0,00	1.330,97
Outras entidades	0,00	0,00
Total	74.122,23	6.914.383,90

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS A CURTO PRAZO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 8ª Edição p. 432)

Níveis	Valor
Créditos de transferências a receber (1)	1.848.390,24
Dívida ativa tributária (2)	0,00
Dívida ativa não tributária (2)	0,00
TOTAL	1.848.390,24

(1) Ao final do exercício a classificação dos ativos a curto prazo mostra que o valor evidenciado como “Créditos de Transferência a Receber” no valor de **R\$ 1.496.014,45**, referem-se aos registros patrimoniais da receita por competência baseado nos valores liberados pelo FPM no valor de **R\$ 1.053.097,53**, do ICMS no valor de **R\$ 441.885,79**, IPI **R\$ 1.031,13**, Transferência do SUS **R\$ 345.875,79** e Transferência do FNAS **R\$ 6.500,00**. Os valores foram compensados financeiramente apenas no exercício de 2020, conforme estudo técnico da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e NBCASP. O registro da receita por competência foi realizado. Os valores dos avisos de crédito estão disponíveis na internet nos seguintes endereços eletrônicos: FPM – <https://www42.bb.com.br/> / ICMS E IPI – <https://www.sefaz.pe.gov.br/> FNAS – <http://mds.gov.br/> FNS – <https://portalfns.saude.gov.br/>.

(2) Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária com base na expectativa de recebimento do estoque da dívida até 12 meses após o levantamento deste balanço, restando seu saldo residual no ativo não circulante, seguindo os critérios já definidos nesta nota.

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Nota 4) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A CURTO PRAZO: Não houve ajustes para perdas de créditos tributários a curto prazo.

Nota 5) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Tributos a recuperar/compensar	0,00	F
Depósitos restituíveis e valores vinculados	146,84	F
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	0,00	F
Subtotal	146,84	
Créditos previdenciários a receber	4.927.042,31	P
Créditos a receber e valores a curto prazo	25.997,92	P
Subtotal	4.953.040,23	P
TOTAL	4.953.187,07	

Nota 6) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: O valor evidenciado no total de **R\$ 10.638.316,52**, compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 7) ESTOQUE: O saldo do estoque inicial em 31/12/2018 foi de **R\$ 95.985,62** e as incorporações em 2019 somam **R\$ 0,00**. As baixas de estoque informadas pelo setor de almoxarifado totalizaram **R\$ 93.450,60**.

POLÍTICA CONTÁBIL E CRITÉRIOS DE VALORAÇÃO ADOTADA NA MENSURAÇÃO DO ESTOQUE:

Os "Estoques", são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os valores dos estoques foram compatibilizados pela contabilidade pelos saldos residuais ao final do exercício, disponibilizados pelo setor responsável baseados em seus controles. O tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), foi registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva. informou ao controle interno a situação para que adote as medidas necessárias para sanar a questão.

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor total contabilizado em estoque	2.535,02
Valor classificado em outras contas específicas da entidade	0,00
Valor do estoque contabilizado pelo valor justo menos as despesas de vendas	0,00
Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período	0,00
Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos	0,00
Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantias de passivos	0,00
Citar as circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a reversão da redução de estoques:	
Não houve reversão da redução do estoque.	

ATIVO NÃO CIRCULANTE (Nota 8)	99.755.942,92	87.160.869,31
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO [P]	20.768.030,46	13.241.042,66
CRÉDITOS A LONGO PRAZO (Nota 9)	20.768.030,46	13.241.042,66
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00
VARIAÇÕES DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
IMOBILIZADO [P] (Nota 11)	78.987.912,46	73.919.826,65
INTANGÍVEL (Nota 12)	0,00	0,00

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Nota 8) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam **R\$ 99.755.942,92**.

Nota 9) CRÉDITOS A LONGO PRAZO: O valor de **R\$ 20.768.030,46**, Corresponde a **R\$ 13.695.517,85** corresponde a Créditos Previdenciários do balanço do RPPS, **R\$ 7.328.737,47** de Dívida Ativa Tributária e **R\$ 6.908.811,93** da Dívida Ativa Não Tributária, abatido o valor de R\$ 7.165.036,79, relativo ao ajuste para perdas da Dívida Ativa Tributária. Até o fechamento do balanço, o setor tributário do município não informou a previsão de perdas da dívida ativa. Sendo assim, adotamos como critério para as provisões para credores de liquidação duvidosa a média de arrecadação dos últimos três exercícios e o percentual de perda real.

Nota 10) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO: O valor registrado para "Ajustes para Perdas de Créditos Tributários" foi de R\$ 7.165.036,79. Na ausência de informações do setor de tributação, o ajuste para perdas foi calculado sobre o percentual de efetividade de arrecadação nos últimos três exercícios, levando em consideração o estoque inicial e final do crédito tributário a receber conforme memória de cálculo a seguir:

Descrição	2017	2018	2019	Média
Saldo da Dívida Ativa Tributária em 01 de janeiro	4.087.641,92	4.356.775,41	8.271.057,99	5.571.825,11
Valor Arrecadado no ano	126.591,09	85.794,91	135.223,03	115.869,68
Percentual de Arrecadação	3,10%	1,97%	1,63%	2,23%
Percentual de Perda de Arrecadação (%)	96,90%	98,03%	98,37%	97,77%

Saldo da Dívida Ativa em 31/12/2019 **R\$ 7.328.737,47**
Ajuste para Perda da Dívida Ativa Tributária (Longo Prazo) **R\$ 7.165.036,79**

Nota 11) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício de 2018 totalizou **R\$ 73.919.826,65**. No exercício de 2019 houve a incorporação de novos ativos imobilizados no valor de **R\$ 9.671.869,47**, sendo **R\$ 941.791,08**, de bens móveis e **R\$ 8.730.078,39** de Bens Imóveis. Somando o saldo de 2018 mais as incorporações de 2019, menos as baixas no valor de **R\$ 4.603.783,66**, temos o saldo ao final de **R\$ 78.987.912,46**. O valor da depreciação acumulada dos bens móveis até o período foi de **R\$ 109.928,66** que retifica o ativo imobilizado. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio do Poder Executivo não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor da depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste.

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 8ª Edição p. 432)

Descrição	Valor (R\$)	
	2019	2018
Bens móveis	13.824.052,90	17.464.236,63
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	(109.928,66)	(88.119,81)
Bens imóveis	65.273.788,22	56.543.709,83
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	(0,00)	(0,00)
Total	78.987.912,46	73.919.826,65

Nota 12) INTANGÍVEL: Os valores registrados no ativo intangível totalizam **R\$ 0,00**

PASSIVO CIRCULANTE (Nota 13)	47.352.697,27	46.845.405,13
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVID. E ASSIST. A PAGAR CURTO PRAZO [F] (Nota 14)	1.496.852,69	773.509,71
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO (Nota 15)	0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO [F] (Nota 16)	39.215.047,93	38.367.095,56
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO [P]	0,00	124,83
PROVISÕES A CURTO PRAZO (Nota 17)	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO [F] (Nota 18)	6.640.796,65	7.704.675,03

Nota 13) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2019 foram de **R\$ 47.352.697,27**. O índice de liquidez corrente, excluído o RPPS, em 2019 foi de **0,19**. Ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo a entidade possui **R\$ 0,19** de ativos de curto prazo para cobrir. O índice de liquidez seca foi de **0,19** e o índice de liquidez imediata é **0,19**, já excluídas as disponibilidades e os passivos do RPPS.

Documento Assinado Digitalmente por: JOCIÉDER ARAUJO MINEIRO, DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
Acesso em: https://tce.tcece.pe.gov.br/ep/validarDoc.aspx?documento=3111014-2300-4988-8113-009-512565e8

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Nota 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final de 2019 foi de **R\$ 1.496.852,69**. Enquanto em 2018 foi de **R\$ 773.509,71**.

Segregação dos passivos com os atributos "F" e "P":

DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 8ª Edição p. 432)

Níveis	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	1.496.852,69	F
Encargos Sociais a Pagar	0,00	F
Subtotal	1.496.852,69	
Encargos Sociais a Pagar – Débito Parcelado a curto prazo	0,00	P
Subtotal	0,00	
TOTAL	1.496.852,69	

Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO): Conta o valor de R\$ 0,00, corresponde as dívidas decorrentes de operações de crédito cujas parcelas têm vencimento até 31/12/2020, detalhadas a seguir:

Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício de 2019 ficou em restos a pagar o valor de **R\$ 39.215.047,93**, relativo a fornecedores e contas a pagar. O saldo total dos restos a pagar em 2018 foi de **R\$ 38.367.095,56**.

Nota 17) PROVISÕES A CURTO PRAZO:

Não houve provisões de curto prazo durante o exercício.

Nota 18) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas consignações **R\$ 6.636.989,93**, e depósitos não judiciais **R\$ 3.806,72**, totalizando **R\$ 6.640.796,65**. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se a seguir:

DEPÓSITOS	7.703.861,27	33.954.594,25	35.017.658,87	6.640.796,65
ASSOC. MUNICIPAL DOS AGENTES COM. DE SAÚDE	81,12	31.737,36	31.598,14	220,34
CONSIGNAÇÃO BANCÁRIA - BANCO DO BRASIL	138,80	0,00	0,00	138,80
Consignação Bancária - Banco do Brasil	14.733,68	14.733,68	14.733,68	14.733,68
Consignação Bancária - Banco do Brasil	4.482,23	4.482,23	4.482,23	4.482,23
Consignação Bancária - Banco Santander	29,90	71.221,98	71.221,98	29,90
Consignação Bancária - Caixa Econômica Federal	0,00	1.455.192,86	1.334.448,28	120.744,58
CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	0,00	1.620,91	1.620,91	0,00
CONSIGNADO BANCO DO BRASIL - CAMARA	0,00	41.542,09	41.542,09	0,00
CONSIGNADO BRADESCO DESCONTADO EM FOLHA	960,79	140.641,73	141.074,69	527,83
CONSIGNADO BRADESCO DESCONTADO EM FOLHA	5.251,32	149.445,69	150.925,40	3.771,61
CONSIGNADO BRADESCO DESCONTADO EM FOLHA	294,11	3.529,32	3.529,32	294,11
CONSIGNADO CAIXA ECONÔMICA EM FOLHA	0,00	89.141,23	89.141,23	0,00
CONSIGNADO CAIXA ECONÔMICA EM FOLHA	138.690,12	3.924.730,49	3.853.166,90	210.253,71
CONSIGNADO CAIXA ECONÔMICA EM FOLHA	105.024,28	5.613.080,71	5.718.104,99	0,00
CONSIGNADO CAIXA ECONÔMICA EM FOLHA	69.705,91	275.876,14	251.690,80	93.891,25
CONSIGNADO SANTANDER EM FOLHA	17.478,42	582.482,45	558.473,43	41.487,44
CONSIGNADO SANTANDER EM FOLHA	52.502,69	1.023.246,52	1.075.749,21	0,00
CONSIGNADO SANTANDER EM FOLHA	359,00	2.513,00	2.872,00	0,00
CONSIGNADO SANTANDER EM FOLHA	4.624,06	61.728,93	55.023,73	11.329,26
CONTRIBUIÇÃO AGMBC SINDICATO	1.176,96	10.216,91	10.210,75	1.183,12
CONTRIBUIÇÃO AGMBC SINDICATO	340,40	124,83	0,00	465,23
CONTRIBUIÇÃO AGMBC SINDICATO	215,34	13.905,34	13.694,30	426,38
CONTRIBUIÇÃO PARA O AGMBC - GUARDA MUNICIPAL	449,01	2.602,24	2.753,12	298,13
CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDENCIA MUNICIPAL	1.613.109,37	0,00	0,00	1.613.109,37
DEPÓSITOS DE CAUÇÕES	3.386,32	1.185,72	765,32	3.806,72
DESC. VENCIMENTO	0,00	58.147,68	58.147,68	0,00

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Documento Assinado Digitalmente por: JOCEIDER ARAUJO MINEIRO, DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
 Acesso em: https://tce.tce-pe.gov.br/pp/validaDoc.scam?codigo_documento=3111014-2300-4988-8413-ed9512565c8

ISS	228,00	544,44	507,94	264,50
NACIONAL ODONTO	0,00	8.062,00	6.066,80	1.995,20
OBRIGAÇÕES PATRONAIS DO RPPS EXERCÍCIOS ANTERIORES	38.018,34	0,00	0,00	38.018,34
Outros Descontos	29.008,01	35.790,77	29.008,01	35.790,77
PENSAO ALIMENTÍCIA	0,00	286,20	286,20	0,00
PENSAO ALIMENTÍCIA	284,53	131.436,64	131.436,64	284,53
PENSAO ALIMENTÍCIA	1.180,28	30.314,03	30.314,03	1.180,28
Prosmed - Plano de Saúde	0,00	16.982,00	16.982,00	0,00
PROSMED DESCONTADO EM FOLHA	289,00	25.167,00	25.218,00	238,00
PROSMED DESCONTADO EM FOLHA	14.961,00	57.134,00	58.290,00	13.805,00
PROSMED DESCONTADO EM FOLHA	113,00	2.163,00	2.197,00	79,00
PROSMED RETIDO EM FOLHA	1.268,00	748,00	816,00	1.200,00
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA - CÂMARA	61,83	1.118,96	1.164,10	16,69
RESTITUIÇÃO - QUINQUÊNIO - CÂMARA	62,64	0,00	0,00	62,64
RESTITUIÇÕES	7.786,70	0,00	0,00	7.786,70
RGPS - EDUCAÇÃO SERVIDORES	154.095,63	919.779,22	992.283,50	81.591,35
RGPS - SERVIDORES - CÂMARA DE VEREADORES	0,00	164.606,61	164.606,61	0,00
RGPS PRESTADORES DE SERVIÇO PF	94.297,50	26.680,22	1.686,19	119.291,53
RGPS PRESTADORES PJ	2.003,35	33.988,60	33.735,60	2.256,35
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	4.131,04	0,00	0,00	4.131,04
SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	1.148,00	1.148,00	0,00
SINDACS	1.186,38	9.351,29	9.218,07	1.319,60
Sindicato - Sintemub	2.866,78	591.740,42	591.740,42	2.866,78
SINDICATO PROFISSIONAL DOS AUX. E TEC. DE ENFERMAGEI	814,96	11.035,32	11.168,88	681,40
Sindicato Sinsemug	386,56	386,56	386,56	386,56
SINDICATO SITEMUB	49.018,78	215.895,81	218.551,42	46.363,17
Sindicato SINTESB	10,20	10,20	10,20	10,20
Unicard Saúde	1.195,16	1.195,16	1.195,16	1.195,16
Unimed	0,00	798.455,92	798.276,92	179,00
UNIMED DESCONTADO EM FOLHA	0,00	19.988,26	19.988,26	0,00
UNIMED DESCONTADO EM FOLHA	14.812,58	995.715,52	1.004.801,71	5.726,39
UNIMED DESCONTADO EM FOLHA	113.396,23	1.710.299,36	1.747.616,48	76.079,11
UNIMED DESCONTADO EM FOLHA	1.072,65	29.352,91	30.166,29	259,27
UNIMED DESCONTADO EM FOLHA	22.396,73	78.800,10	88.374,75	12.822,08
VALORES A RESTITUIR - IRRF - CÂMARA	52,78	0,00	0,00	52,78
VALORES A RESTITUIR PREVIDÊNCIA - CÂMARA	23,73	0,00	0,00	23,73

A seguir será analisado o quadro do passivo não circulante. Vejamos:

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE (Nota 19)	74.839.048,39	85.433.293,32
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVID. E ASSIST. A PAGAR LONGO PRAZO [P] (Nota 20)	28.473.047,78	19.734.374,47
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR LONGO PRAZO (Nota 22)	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO [P] (Nota 21)	3.507.602,77	3.812.134,51
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO [P]	0,00	159.862,30
PROVISÕES A LONGO PRAZO [P] (Nota 23)	42.858.397,84	61.726.922,04
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (Nota 24)	0,00	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00

Nota 19) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final de 2019 somam **R\$ 74.839.048,39**, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

Nota 20) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: O montante de **R\$ 28.473.047,78** compreende os Parcelamentos existentes relativos ao INSS, RPPS e Precatórios, conforme valores representados na tabela:

DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 8ª Edição p. 432)

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Saldo
--	-------

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – PASEP	0,00
Contribuições a Regime Próprio de Previdência – RPPS	15.822.437,83
Débito Parcelado – INSS	10.350.818,51
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – FGTS	0,00
Precatórios de Pessoal	2.299.781,44
Total	28.473.047,78

Nota 21) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO): O valor evidenciado nos empréstimos e financiamentos de longo prazo ao final de 2019 foi de **R\$ 3.507.602,77**.

Detalhamento	Valor
CELPE	3.481.505,03
COMPESA	26.097,74
TOTAL	3.507.602,77

Nota 22) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (LONGO PRAZO): Ao final do exercício de 2019 ficou em restos a pagar o valor de **R\$ 0,00**, relativo a fornecedores e contas a pagar.

Nota 23) PROVISÕES A LONGO PRAZO: As provisões totalizaram **R\$ 42.858.397,84**, que são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS, conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas. O cálculo atuarial foi feito pelo Atuário Sr. Álvaro Henrique Ferraz de Abreu, MIBA nº 1.072. Avaliação Ano Base: 2019. Data base: 31/12/2018.

DETALHAMENTO DAS PROVISÕES EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 8ª Edição p. 432)

TIPO/CLASSE DA PROVISÃO: Provisões Matemáticas Previdenciárias	VALOR (R\$)
a) valor contábil do início do período (Exercício anterior)	61.726.922,04
b) valor contábil do final do período (Exercício atual)	42.858.397,84
b) provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes (VPA) 4.9.7	39.323.562,42
323	20.455.038,22
e) valores não utilizados revertidos durante o período	0,00
f) o aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto	0,00
g) breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potencial de serviços	
BREVE DESCRIÇÃO: Constituição de saldo de Provisões Matemáticas Previdenciárias. O Passivo atuarial do RPPS é representado pelas provisões matemáticas previdenciárias, que correspondem aos compromissos líquidos do plano de benefícios, avaliados em regime de capitalização.	
g) indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas.	0,00
h) valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.	0,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

CONTEXTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS:

PLANO FINANCEIRO	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Inativo	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Pensionista	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Documento Assinado Digitalmente por: JOCEIDER ARAUJO MINEIRO, DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
 Acesso em: https://tce.tce-pe.gov.br/epf/validarDoc.aspx?Codigo=documento-3f11e0f4-23e0-4988-8d13-ed9c512565e8

Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 0,00
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Ativo	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 0,00
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 42.858.397,84
Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 103.055.237,21
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 114.391.601,39
(-) Contribuição do Ente	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Inativo	R\$ 0,00
(-) Contribuição do Pensionista	R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 11.336.364,18
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 88.890.182,54
(+) Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$ 140.184.883,61
(-) Contribuição do Ente	R\$ 23.573.979,79
(-) Contribuição do Ativo	R\$ 13.599.436,65
(-) Compensação Previdenciária	R\$ 14.121.284,43
(-) Parcelamento de Débitos Previdenciários	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira	R\$ 0,00
Plano de Amortização	R\$ 149.087.022,01
(-) Outros Créditos	R\$ 149.087.022,01
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	R\$ 0,00
Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	R\$ 0,00

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR SOBRE APORTE PARA DÉFICIT ATUARIAL:

PARECER ATUARIAL

Com base nos dados que nos foram fornecidos pelo Município de Bom Conselho, podemos afirmar que tais dados estão satisfatoriamente completos para efeitos de estudos atuariais. A amplitude e a consistência dos dados estão contemplados no DRAA, que complementa este relatório, respectivamente nas abas "Avaliação Crítica" e "Tratamento da Base Cadastral".

O *Custo Mensal* está determinado com base em princípios técnicos atuariais geralmente aceitos para os planos desta natureza, ou seja, de Benefícios Definidos. A experiência é que tal Custo tenha pouca variação, se comparado à Folha Salarial envolvida, desde que as hipóteses atuariais elaboradas se verifiquem no longo prazo e as características da massa de Servidores (distribuição salarial, etária, etc.) não venham a sofrer grandes variações.

A formulação utilizada para a definição da Responsabilidade Atuarial, Estimativa de Compensação Previdenciária, a Pagar e a Receber, e das alíquotas informadas neste relatório, constam em Nota Técnica Atuarial enviada à SPS – Secretaria de Previdência Social.

As Remunerações, informadas pelo Município, foram consideradas como sendo a base contributiva (Salário de Contribuição) e a base de cálculo para a aquisição dos benefícios previdenciários (Salário de Benefício).

Recomendamos que as Contribuições sejam realizadas conforme alíquota indicada neste parecer atuarial, sendo fixada uma alíquota para o Servidor e a diferença paga pelo município. Caso as alíquotas, referentes ao Servidor, sejam fixadas distintamente, de um órgão municipal para outro,

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

lembramos que a diferença para a alíquota total deve ser assumida pelo órgão correspondente.

Como vimos na Base Atuarial, no capítulo 3 deste relatório, a Responsabilidade Atuarial pode sofrer alterações, em razão das modificações no cenário em que o Plano se insere. Quando o Ativo Líquido não é suficiente para cobrir esta Responsabilidade, temos o Custo Especial, que equilibrará o Plano, de acordo com o cenário vigente.

O Custo Mensal, para que o Plano de Aposentadorias e Pensões do Instituto de Previdência do Município de Bom Conselho tenha a garantia de equilíbrio atuarial, considerando-se os comentários da página 31, é de 44,81% da Folha de Remuneração dos Servidores Ativos, considerando a Compensação Previdenciária e incluindo-se a Taxa de Administração.

Considerando que os Servidores contribuirão com 11,00% de suas remunerações, a Contribuição do Município será de 33,81%, sendo 15,73% de Custo Normal Vitalício, 2,04% de Custo Normal de Curto Prazo (Auxílios), 14,04% de Custo Especial, conforme escalonamento, e 2,00% de Taxa Administrativa sobre a folha de remuneração dos Servidores em Atividade (R\$ 1.567.331,99).

A alíquota mínima do Município é de 11,00% devido a paridade prevista na legislação específica (art. 2º da Lei 9.717/1998 e art. 4º da Lei 10.887/2004), o que pode ser verificado na página 23.

As Contribuições devem ser iniciadas logo após o conhecimento deste relatório e, mantidas até a data da próxima reavaliação do Plano e também incidem sobre o décimo terceiro salário.

O plano de custeio define as alíquotas necessárias para garantia de todos os benefícios futuros, programáveis ou não, ou seja, garante as aposentadorias, que possuem suas regras de elegibilidade, e garante os benefícios de risco, de invalidez e morte sem necessidade de repasse de riscos a empresas seguradoras ou resseguradoras. Os benefícios de risco podem ocorrer antes ou após a aposentadoria e observamos alíquotas segregadas para garantia de pagamento de cada um dos benefícios para os beneficiários caso ocorram a morte de Servidores em atividade ou a de aposentados ou a de aposentados por invalidez.

Contribuinte	Custo	
	Normal	Suplementar
Ente Público	19,77%	14,04%
Servidor Ativo	11,00%	0,00%
Servidor Aposentado	11,00%	0,00%
Pensionista	11,00%	0,00%
Base de Incidência das Contribuições do Ente Público	FRA	FRA

FRA = Folha de Remuneração dos Servidores em Atividade

A duração do passivo, conforme previsto na Instrução Normativa nº 2 de 21/12/2018, a ser utilizada na próxima avaliação atuarial do exercício seguinte, é 13,23 anos. Este valor deverá ser observado na Tabela de Apuração de Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média (a ser divulgada no primeiro semestre do ano seguinte à base desta avaliação) para obtenção da taxa de juros a ser utilizada na próxima avaliação atuarial (caso não se observe o valor na tabela, usar o imediatamente anterior). A taxa deverá ser mote de discussão e aprovação pelos gestores do RPPS, antecedendo a Política de Investimentos e a definição da base técnica da próxima avaliação atuarial.

Este é o primeiro ano em que se demonstra o resultado da duração do passivo, não sendo possível uma análise de sua evolução conforme previsto na IN nº 2. A partir da Tabela de Apuração divulgada pela

Documento Assinado Digitalmente por: JOCEIDER ARAUJO MINEIRO, DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
Acesso em: https://tce.tce-pe.gov.br/ep/validarDoc.aspx?codigo_documento=3111014-2300-4988-8413-ed9-512565c8

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Portaria nº 50 de 28/12/2018, os prazos a partir de 10 (dez) anos permitem o uso da Taxa de Juros na ordem de 6,00% a.a. para o cálculo atuarial do exercício de 2019. Nota-se que, quanto maior o prazo, maior será a taxa a ser usada, e vice-versa. A manutenção da mesma base de dados, sem a entrada de novos segurados mais jovens, reduz o valor da duração do passivo, reduzindo a Taxa de Juros Parâmetro para a próxima avaliação atuarial.

Este relatório está de acordo a Portaria MPAS nº 464 de 19/11/2018 além da legislação já citada. Alguns itens exigidos, para informação mínima na Avaliação Atuarial, constam da Nota Técnica Atuarial, do relatório das Projeções Atuariais realizadas e do DRAA – Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial, já enviados à SPS sendo, este último, entregue em via eletrônica através do “website” do CADPREV - Sistema de Informações do Regimes Públicos de Previdência Social.

Nota 24) DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO: Corresponde a dívida do Município de Bom Conselho no valor de **R\$ 0,00**.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMONIO SOCIAL/CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	1.995.132,24	-19.184.854,65
RESULTADO DO EXERCÍCIO [P]	20.088.640,37	-24.695.043,53
RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES [P]	-19.184.854,65	5.555.653,32
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES [P]	1.091.346,52	-45.464,44
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 25)	1.995.132,24	-19.184.854,65

Nota 25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez em 2019 o valor de **R\$ 1.995.132,24**. Os Resultados Acumulados de exercícios anteriores foram de **R\$ -19.184.854,65** e Ajustes de Exercícios Anteriores **R\$ 1.091.346,52**. O Resultado do Exercício foi no valor de **R\$ 20.088.640,37**. O valor do resultado do exercício será detalhado a seguir:

DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 8ª Edição p. 432)

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	-19.184.854,65
Resultado do Exercício	20.088.640,37
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.091.346,52
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.995.132,24

ATIVO FINANCEIRO (Nota 26)	17.626.969,49	19.607.549,48	PASSIVO FINANCEIRO (Nota 28)	63.179.054,03	61.552.978,84
ATIVO PERMANENTE (Nota 27)	106.559.908,41	93.486.294,34	PASSIVO PERMANENTE (Nota 29)	74.639.048,39	85.434.231,91
SALDO PATRIMONIAL (Nota 30)				-13.831.224,52	-33.893.364,75

Nota 26) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam **R\$ 17.626.969,49**.

Nota 27) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 106.559.908,41**.

Nota 28) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de **R\$ 47.352.697,27**, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de **R\$ 15.826.356,76** perfazem o total de **R\$ 63.179.054,03**.

Documento Assinado Digitalmente por: JOCEIDER ARAUJO MINEIRO, DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
 Acesso em: https://tce.tce-pe.gov.br/ppa/validarDoc.aspx?codigo_documento=3111014-2300-4988-8413-ed9c512565c8

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Nota 29) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam **R\$ 74.839.048,39**.

Nota 30) SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (SALDO PATRIMONIAL): O total do Déficit Financeiro do exercício de 2019, foi **R\$ 13.831.224,52**.

Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	8.700,00	19.840,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	24.454.231,02	26.770.114,00
TOTAL	8.700,00	19.840,00	TOTAL (Nota 31)	24.454.231,02	26.770.114,00

Nota 31) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO: O valor do saldo registrado dos contratos a executar ao final 2019, com prazos vencidos até 31/12/2020 foi de **R\$ 24.454.231,02**.

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ORDINÁRIA	-28.999.677,27	1.750.635,33
VINCULADA	-16.552.407,27	-43.696.062,51
0005 - Recursos do FUNDEB 60% - Magistério	-2.929.817,97	-11.651.127,83
0006 - Recursos do FUNDEB 40% - Outras Despesas	-1.396.514,17	-3.789.486,07
0009 - Recursos Transferidos pelo SUS	-90.317,28	-1.482.788,92
0012 - Recursos de Contribuições para o RPPS	0,00	1.162.530,61
0016 - Recursos Transferidos pelo FNAS	-956.345,09	-1.238.195,81
0020 - Alienação de Bens	760,21	600,30
0021 - Recursos do Salário-Educação	-909.976,13	-1.047.213,89
0022 - Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2.575,03	6.479,36
0023 - Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	-3.777.143,33	-3.474.271,33
0024 - Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	678,64	564,22
0025 - Outras Transferências do FNDE	-2.257.024,62	-2.107.118,34
0026 - Transferências de Convênios - Educação	-1.778.523,67	-126.086,55
0027 - Transferências de Convênios - Saúde	-3.640.482,44	-6.786.884,64
0028 - Transferências de Outros Convênios	-6.731.761,09	-6.409.941,95
0032 - Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
0037 - Cessão Onerosa de Bônus do Prê-Sal	1.067.360,50	0,00
0041 - Custeio - Atenção Básica	-438.192,08	0,00
0042 - Custeio - MAC	526.943,80	0,00
0043 - Custeio - Assistência Farmacêutica	-227.976,70	0,00
0044 - Custeio - Vigilância em Saúde	-10.214,51	0,00
0045 - Investimentos do SUS	-70.903,09	0,00
0046 - Custeio - Gestão do SUS	15.974,61	0,00
0060 - Custeio - Recursos Transferidos pelo SUS	0,00	0,00
0061 - Bloco de Atenção Básica	-2.181.919,29	-3.351.128,17
0062 - Bloco de MAC	-1.188.448,10	-2.057.480,71
0063 - Bloco de Assistência Farmacêutica	1.578,96	-305.653,55
0064 - Bloco de Vigilância em Saúde	-212.062,46	-301.984,42
0065 - Bloco de Investimentos do SUS	633.621,00	500.157,54
0067 - FEAS Estado	9.796,60	24.303,26
0068 - Convênios Assistência Social	-223,00	-5.892,41
0069 - FEM Estado	150.283,14	185.266,81
0091 - Contribuições Previdenciárias - Fundo Previdenciário	10.452.355,09	0,00
0093 - Taxa de Administração RPPS - Fundo Previdenciário	1.213,52	0,00
0205 - Complemento da União ao FUNDEB 60%	-259.446,31	-399.058,29
0206 - Complemento da União ao FUNDEB 40%	-358.257,04	-1.041.651,73
TOTAL (Nota 32)	-45.552.084,54	-41.945.427,18

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

<p>Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.</p>
<p>h.2. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis: Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.</p>
<p>h.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito: Não houve no exercício de 2019 bens recebidos por doação.</p>
<p>h.4. Transferência de Ativos: Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.</p>
<p>h.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito: Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2019.</p>
<p>h.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos: Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.</p>
<p>h.7. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão: Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio do Poder Executivo não disponibilizou as informações relativas a depreciação, amortização e exaustão, todavia foi disponibilizado demonstrativo com valor de reavaliação para os bens móveis, foi disponibilizado pelo patrimônio do Poder Legislativo valor referente a depreciação acumulada de bens móveis.</p>
<p style="text-align: center;">DESCRIÇÃO DOS EVENTOS QUE LEVARAM AO RECONHECIMENTO DE INSERVIBILIDADE DE BENS EXCLUSIVAMENTE COM REGISTRO DE PERDA</p>
<p>Não houve perda de bens por inservibilidade.</p>
<p>h.8. Relação de Provisões e Passivos Contingentes: Não houve durante o exercício de 2019, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.</p>
<p>h.9. Informações de Passivos Contingentes: Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.</p>
<p>h.10. Perdas da Dívida Ativa: Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2019. .</p>
<p>h.11. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.</p>
<p>h.12. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105): Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.</p>
<p>h.13. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103): Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário Álvaro Henrique Ferraz de Abreu, MIBA nº 1.072..</p>
<p>h.14. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 8ª Edição): Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.</p>
<p>h.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado: Conforme dados disponibilizados pelo setor de patrimônio, foi baixado no imobilizado o valor de R\$ 3.840.239,31, durante o exercício de 2019, decorrentes reavaliações de bens. Essa baixa resultou em perdas em relação ao valor histórico registrado no inventário, registrados positivamente através de uma VPD.</p>
<p>h.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.</p>
<p>h.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):</p>

Documento Assinado Digitalmente por: JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO, DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
Acesso em: <https://tcece.org.br/epi/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento:3f1101f4-23c0-4988-8d13-3e40c512565c8>

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Documento Assinado Digitalmente por: JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO, DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
 Acesso em: https://tce.tcepe.gov.br/epp/validaDoc.seam?codigo_documento:31f1e014-2340-4988-8d13-ed9c512565c8

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

h. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):
 Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

h. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):
 Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

h. 20. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):
 Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2019.

h. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

DESCRIÇÃO	TIPO/CLASSE	VALOR (R\$)
HERANÇAS	XXXX	0,00
PRESENTES	XXXX	0,00
DOAÇÕES	XXXX	0,00
TOTAL		0,00

h. 22. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):
 Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

h. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):
 As provisões matemáticas foram realizadas pelo atuário Sr. Álvaro Henrique Ferraz de Abreu, MIBA nº 1.072.

PARECER ATUARIAL

Com base nos dados que nos foram fornecidos pelo Município de Bom Conselho, podemos afirmar que tais dados estão satisfatoriamente completos para efeitos de estudos atuariais. A amplitude e a consistência dos dados estão contemplados no DRAA, que complementa este relatório respectivamente nas abas "Avaliação Crítica" e "Tratamento da Base Cadastral".

O *Custo Mensal* está determinado com base em princípios técnicos atuariais geralmente aceitos para os planos desta natureza, ou seja, de Benefícios Definidos. A experiência é que tal Custo tenha pouca variação, se comparado à Folha Salarial envolvida, desde que as hipóteses atuariais elaboradas se verifiquem no longo prazo e as características da massa de Servidores (distribuição salarial, etária, etc.) não venham a sofrer grandes variações.

A formulação utilizada para a definição da Responsabilidade Atuarial, Estimativa de Compensação Previdenciária, a Pagar e a Receber, e das alíquotas informadas neste relatório, constam em Nota Técnica Atuarial enviada à SPS – Secretaria de Previdência Social.

As Remunerações, informadas pelo Município, foram consideradas como sendo a base contributiva (Salário de Contribuição) e a base de cálculo para a aquisição dos benefícios previdenciários (Salário de Benefício).

Recomendamos que as Contribuições sejam realizadas conforme alíquota indicada neste parecer atuarial, sendo fixada uma alíquota para o Servidor e a diferença paga pelo município. Caso as alíquotas, referentes ao Servidor, sejam fixadas distintamente, de um órgão municipal para outro, lembramos que a diferença para a alíquota total deve ser assumida pelo órgão correspondente.

Como vimos na Base Atuarial, no capítulo 3 deste relatório, a Responsabilidade Atuarial pode sofrer alterações, em razão das modificações no cenário em que o Plano se insere. Quando o Ativo Líquido não é suficiente para cobrir esta Responsabilidade, temos o Custo Especial, que equilibrará o Plano, de acordo com o cenário vigente.

O Custo Mensal, para que o Plano de Aposentadorias e Pensões do Instituto de Previdência do Município de Bom Conselho tenha a garantia de equilíbrio atuarial, considerando-se os comentários da página 31, é de 44,81% da Folha de Remuneração dos Servidores Ativos, considerando a Compensação Previdenciária e incluindo-se a Taxa de Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Considerando que os Servidores contribuirão com 11,00% de suas remunerações, a Contribuição do Município será de 33,81%, sendo 15,73% de Custo Normal Vitalício, 2,04% de Custo Normal de Curto Prazo (Auxílios), 14,04% de Custo Especial, conforme escalonamento, e 2,00% de Taxa Administrativa sobre a folha de remuneração dos Servidores em Atividade (R\$ 1.567.331,99).

A alíquota mínima do Município é de 11,00% devido a paridade prevista na legislação específica (art. 2º da Lei 9.717/1998 e art. 4º da Lei 10.887/2004), o que pode ser verificado na página 23.

As Contribuições devem ser iniciadas logo após o conhecimento deste relatório e mantidas até a data da próxima reavaliação do Plano e também incidem sobre o décimo terceiro salário

O plano de custeio define as alíquotas necessárias para garantia de todos os benefícios futuros, programáveis ou não, ou seja, garante as aposentadorias, que possuem suas regras de elegibilidade, e garante os benefícios de risco, de invalidez e morte sem necessidade de repasse de riscos a empresas seguradoras ou resseguradoras. Os benefícios de risco podem ocorrer antes ou após a aposentadoria e observamos alíquotas segregadas para garantia de pagamento de cada um dos benefícios para os beneficiários caso ocorram a morte de Servidores em atividade ou a de aposentados ou a de aposentados por invalidez.

Contribuinte	Custo	
	Normal	Suplementar
Ente Público	19,77%	14,04%
Servidor Ativo	11,00%	0,00%
Servidor Aposentado	11,00%	0,00%
Pensionista	11,00%	0,00%
Base de Incidência das Contribuições do Ente Público	FRA	FRA

FRA = Folha de Remuneração dos Servidores em Atividade

A duração do passivo, conforme previsto na Instrução Normativa nº 2 de 21/12/2018, a ser utilizada na próxima avaliação atuarial do exercício seguinte, é 13,23 anos. Este valor deverá ser observado na Tabela de Apuração de Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média (a ser divulgada no primeiro semestre do ano seguinte à base desta avaliação) para obtenção da taxa de juros a ser utilizada na próxima avaliação atuarial (caso não se observe o valor na tabela, usar o imediatamente anterior). A taxa deverá ser mote de discussão e aprovação pelos gestores do RPPS, antecedendo a Política de Investimentos e a definição da base técnica da próxima avaliação atuarial.

Este é o primeiro ano em que se demonstra o resultado da duração do passivo, não sendo possível uma análise de sua evolução conforme previsto na IN nº 2. A partir da Tabela de Apuração divulgada pela Portaria nº 50 de 28/12/2018, os prazos a partir de 10 (dez) anos permitem o uso da Taxa de Juros na ordem de 6,00% a.a. para o cálculo atuarial do exercício de 2019. Nota-se que, quanto maior o prazo, maior será a taxa a ser usada, e vice-versa. A manutenção da mesma base de dados, sem a entrada de novos segurados mais jovens, reduz o valor da duração do passivo, reduzindo a Taxa de Juros Parâmetro para a próxima avaliação atuarial.

Este relatório está de acordo a Portaria MPAS nº 464 de 19/11/2018 além da legislação já citada. Alguns itens exigidos, para informação mínima na Avaliação Atuarial, constam da Nota Técnica Atuarial, do relatório das Projeções Atuariais realizadas e do DRAA – Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial, já enviados à SPS sendo, este último, entregue em via eletrônica através do “website” do CADPREV - Sistema de Informações do Regimes Públicos de Previdência Social.

Documento Assinado Digitalmente por: JOCIÉDER ARAUJO MINEIRO, DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
Acesso em: https://tcepe.gov.br/portal/validar_documento.asp?codigo_documento=371404-230-4988-8d13-ed9c5125c5c8

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

h. 24 TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT): Não houve teste de imparidade durante o exercício de 2019.
--

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

Documento Assinado Digitalmente por: JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO, DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
 Acesso em: <https://tcece.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 31f11e0f4-23c0-4988-8d13-ed9c512565c8

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Documento Assinado Digitalmente por: JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO, DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
 Acesso em: https://tce.tce.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam Código do documento: 31f1e014-23c0-4988-8d13-ed9e512565c8

	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2021	Em andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2022	Em andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS

(De acordo com o item 6 e Anexos X e XIII da Resolução TCE-PE nº 066, de 04 de dezembro de 2019)

Documento Assinado Digitalmente por: JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO, DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
 Acesso em: https://tce.tce.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam Código do documento: 31f1e01f4-23c0-4988-8d13-ed9c512565c8

Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

DANNILO CAVALCANTE VIEIRA
 Prefeito

JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO
 Contador
 CRC-PE Nº 027671/O-4